

Cabral nega esboço à Aliança

O deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, disse ontem que não fará um esboço preliminar de seu



Substitutivo para ser submetido à Aliança Democrática, conforme anunciou, terça-feira, o presidente do PFL senador Marco Maciel, após encontro entre ele, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães e os dois líderes pefelistas, senador Carlos Chiarelli e deputado José Lourenço. "Isto seria um desrespeito às demais lideranças partidárias na Constituinte. O que eu prometi ao Ulysses foi apresentar um esboço de meu Substitutivo até o dia 20 de agosto, para ser negociado entre todos os líderes de partidos", afirmou o relator.

Após rápida reunião ontem à tarde com o presidente da Constituinte, Cabral negou que este lhe tivesse feito qualquer sugestão no sentido de antecipar um esboço de seu trabalho só para a Aliança Democrática: "O que Ulysses me solicitou foi que eu adiantasse o meu esboço. Eu lhe respondi que poderia antecipá-lo em três dias, apresentando-o às lideranças para negociação no dia 20 próximo. A partir daí eu terei mais 72 horas de prazo para redigir o texto definitivo e encaminhá-lo à Sistematização, já como um reflexo do consenso entre os partidos".

Para o relator, submeter um esboço de seu Substitutivo às lideranças partidárias em nada diminui o trabalho do relator: "Ao contrário, subsidia a minha tarefa que é a busca das posições que refletem a preferência da maioria. O meu Substitutivo não refletirá o pensamento de nenhuma facção partidária dentro da Constituinte, mas o consenso onde ele for possível de ser obtido. Esse consenso eu o captarei de três vertentes: do resultado dos trabalhos dos vários grupos formados para negociar o Projeto de Constituição, das emendas de plenário e das emendas populares. Além do mais, se tenho que sofrer o crivo de todos os constituintes, é preferível sofrer antes o crivo das lideranças".

Josemar Gonçalves



Relator diz que apresentará o substitutivo até o dia 20

Emendas vão a exame hoje

A Comissão de Sistematização voltará a se reunir hoje cedo, para examinar dois projetos de resolução — dos deputados Brandão Monteiro (PDT-RJ) e Virgílio Guimarães (PT-MG) — tratando da realização de plebiscitos para definir o sistema de Governo e o mandato do atual Presidente da República, e um outro para submeter à decisão popular a futura Constituição brasileira. Doze emendas populares serão também apreciadas pela Comissão na reunião de hoje.

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), vai dar parecer favorável à preliminar dos dois projetos considerando que eles devem ser submetidos à votação do plenário da Comissão e, se aprovados por ela, à decisão final do plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Quanto ao mérito, Cabral adiantou ser contrário por considerar que os projetos ferem a soberania e os direitos constituintes da Assembléia.

Ulysses não vê consenso entre grupos

O deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, da Câmara dos Deputados e do PMDB, disse ontem não acreditar num consenso pelos grupos que tentam negociar os pontos polêmicos do projeto de Constituição, em questões como empresa nacional, pluraridade ou unicidade sindical, reforma agrária e sistema de governo. Sobre o sistema de governo, ele defendeu o sistema dual ou misto como o único capaz de conciliar os interesses do grupo presidencialista e do grupo parlamentarista dentro da Assembléia Nacional Constituinte:

«Acredito no consenso não da unanimidade, mas da maioria dos constituintes em torno de grande parte do projeto de Constituição. Mas em pontos como o sistema de governo, por exemplo, haverá dificuldades, pois as convicções dos que defendem o parlamentarismo ou o presidencialismo são muito profundas. Há os que defendem o sistema misto ou dual, o que seria muito bom, pois atenderia às duas correntes».

Para Ulysses o trabalho dos vários grupos que se formaram dentro da Constituinte, na tentativa de negociar os pontos polêmicos é uma ótima contribuição sob forma de subsídios para o substitutivo do relator, deputado Bernardo Cabral: «E um trabalho bom e salutar. Eu até estimulou esse tipo de entendimento».

O presidente da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, Roberto Dornas, apresentou ontem ao chefe de gabinete do Ministério da Educação, Oswaldo Della Giustina, a proposta de emenda popular para Constituição, patrocinada pela entidade.

O documento, que será entregue ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, na próxima semana, propôs que o «ensino seja gratuito em todos os níveis e em qualquer estabelecimento».